

Pergunta 1

No modelo de normalização contabilística nacional, designado SNC (Dec. Lei 158/2009):

- ☐ a. existem dois níveis de normalização;
- ☐ b. existem três níveis de normalização;
- ☐ c. existem várias estruturas conceptuais uma para cada um dos níveis de normalização;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 2

De acordo com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, o conjunto obrigatório de demonstrações financeiras compreende:

- ☐ a. Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração dos Resultados por Funções, Anexo;
- ☐ b. Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Anexo, Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- ☐ c. Anexo, Balanço, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Resultados por Funções;
- ☐ d. Balanço, Anexo, Demonstração dos Resultados por Funções, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

Pergunta 3

Na estrutura do SNC, fazem parte das características qualitativas e atributos da informação financeira:

- ☐ a. comparabilidade e custo histórico;
- ☐ b. comparabilidade e fiabilidade;
- ☐ c. custo histórico e consistência;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 4

A informação financeira é relevante quando:

- ☐ a. está isenta de juízos prévios;
- ☐ b. contém maior potencial de dados necessários à tomada de decisão;
- ☐ c. releva de forma completa as operações e acontecimentos;
- ☐ d. as demonstrações da entidade apresentam dados homogéneos.

Pergunta 5

O pressuposto, a característica e/ou requisito que melhor traduz a solidariedade entre diferentes períodos de tempo é:

- ☐ a. o balanceamento entre características qualitativas;
- ☐ b. o requisito da materialidade;
- ☐ c. o requisito do primado da substância sobre a forma;
- ☐ d. o pressuposto do acréscimo.

Pergunta 6

De acordo com a NCRF 4, a aplicação de uma nova política contabilística, outros acontecimentos ou condições, que nunca tenham ocorrido anteriormente:

- ☐ a. é uma alteração voluntária na política contabilística;
- ☐ b. é uma alteração obrigatória na política contabilística;
- ☐ c. não é uma alteração de política contabilística;
- ☐ d. deve seguir o disposto na NCRF 3 (Adoção pela primeira vez nas NCRF).

Pergunta 7

De acordo com a NCRF 4, a distinção das alterações nas políticas contabilísticas em obrigatórias e voluntárias é essencial:

- ☐ a. para se poder imputar a responsabilidade pela alteração na política;
- ☐ b. porque desta prévia classificação depende a orientação para o adequado tratamento contabilístico a adotar;
- ☐ c. para se poder optar pela classificação que mais beneficia a entidade;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 8

De acordo com a NCRF 4, o efeito de uma alteração numa estimativa contabilística pode:

- ☐ a. afetar os resultados transitados;
- ☐ b. afetar os resultados do período em que ocorre, como correção de períodos anteriores;
- ☐ c. afetar os resultados do período de alteração e/ou períodos futuros, na mesma rubrica da demonstração dos resultados utilizada inicialmente;
- ☐ d. Nenhuma das anteriores.

Pergunta 9

De acordo com a NCRF 6, um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física que tem de ser:

- ☐ a. identificável, controlável e proporcionar benefícios económicos futuros;
- ☐ b. comparável, identificável e de acesso restrito pela entidade detentora;
- ☐ c. identificável, controlado pela entidade detentora e de vida útil finita;
- ☐ d. nenhuma das respostas anteriores.

Pergunta 10

De acordo com a NCRF 6, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- ☐ a. as despesas de desenvolvimento de produtos e serviços não devem ser capitalizadas, quando não existir evidência de gerarem benefícios económicos futuros;
- ☐ b. as despesas de pesquisa (investigação) devem ser reconhecidas como ativos por não existir evidência de retorno económico futuro;
- ☐ c. quer as despesas de investigação, quer as de desenvolvimento, devem ser sempre reconhecidas como gastos;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 11

De acordo com a NCRF 6, qual das seguintes afirmações é verdadeira?

- ☐ a. as listas de clientes nunca podem ser capitalizadas por não existir evidência de gerarem benefícios económicos futuros;
- ☐ b. as listas de clientes podem ser capitalizadas, quer as adquiridas, quer as geradas internamente;
- ☐ c. as listas de clientes geradas internamente nunca podem ser capitalizadas;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 12

De acordo com a NCRF 7, o critério de mensuração a adotar para um ativo fixo tangível adquirido a terceiros deve ser o:

- ☐ a. preço de compra;
- ☐ b. custo de produção;
- ☐ c. custo de aquisição;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 13

De acordo com a NCRF 7, regra geral, na transação de troca com substância comercial de ativos não monetários, o ativo recebido deve ser mensurado:

- ☐ a. pelo seu custo histórico;
- ☐ b. pela diferença entre os valores trocados;
- ☐ c. pelo seu justo valor;
- ☐ d. pelo justo valor do ativo cedido.

Pergunta 14

De acordo com a NCRF 7, quando a empresa adquire um imóvel deve:

- ☐ a. considerar 75% do valor para o terreno e 25% para o edifício;
- ☐ b. considerar 25% do valor para o terreno e 75% para o edifício;
- ☐ c. considerar 50% do valor para o terreno e 50% para o edifício;
- ☐ d. determinar o valor de cada um dos elementos separadamente.

Pergunta 15

De acordo com a NCRF 7, os juros suportados relativos a um financiamento para a construção de ativos fixos tangíveis, devem ser, regra geral:

- ☐ a. diferidos e integrados no custo dos ativos após a sua entrada em funcionamento;
- ☐ b. reconhecidos como gastos no período a que respeitam;
- ☐ c. integrados no custo dos ativos até à conclusão da sua construção;
- ☐ d. integrados no custo dos ativos, após o pagamento aos fornecedores.

Pergunta 16

Identifique a afirmação que melhor expressa algumas das condições para a classificação de um ativo não corrente como detido para venda:

- ☐ a. o ativo deve estar disponível para venda imediata, podendo contudo continuar a ser utilizado até à concretização da venda;
- ☐ b. o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, o que significa que deve cessar de imediato a utilização do mesmo;
- ☐ c. o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, o que significa que o ativo pode continuar a ser utilizado até à concretização da venda;
- ☐ d. o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, o que significa que a utilização do ativo deve cessar até um mês antes da concretização da venda.

Pergunta 17

A operação de abandono definitivo da utilização de um equipamento, de uma secção de uma superfície comercial, em virtude de a mesma estar obsoleta e já ter sido recolhida para reciclagem, implica:

- ☐ a. a contabilização do abate do equipamento de ativos fixos tangíveis;
- ☐ b. a transferência do equipamento de ativos fixos tangíveis para ativos não correntes detidos para venda, pelo seu expectável valor de mercado;
- ☐ c. a manutenção do equipamento na conta de ativos fixos tangíveis e a cessação da aplicação da política de depreciações que vinha a ser seguida;
- ☐ d. a manutenção do equipamento na conta de ativos fixos tangíveis e sua sujeição à política de depreciações que vinha a ser seguida.

Pergunta 18

A mensuração de um ativo classificado como detido para venda deve ser feita:

- ☐ a. pelo menor dos valores: quantia escriturada do ativo e o seu justo valor;
- ☐ b. pelo menor dos valores: quantia escriturada do ativo e o seu justo valor deduzido dos custos estimados de venda;
- ☐ c. pelo maior dos valores: quantia escriturada do ativo e o seu justo valor;
- ☐ d. Nenhuma das anteriores.

Pergunta 19

Os ativos que sejam classificados como não correntes detidos para venda devem ser apresentados no balanço:

- ☐ a. separadamente nos ativos não correntes, na rubrica ativos não correntes detidos para venda;
- ☐ b. separadamente nos ativos correntes, na rubrica ativos não correntes detidos para venda;
- ☐ c. nos ativos correntes, agregados na rubrica ativos fixos tangíveis;
- ☐ d. nos ativos não correntes, agregados na rubrica ativos fixos tangíveis.

Pergunta 20

A classificação de uma locação como financeira ou operacional depende:

- ☐ a. da substância da transação e não da forma do contrato. É normalmente feita no início da locação;
- ☐ b. da substância da transação e da forma do contrato. É normalmente feita durante o período da locação;
- ☐ c. depende, essencialmente, da forma do contrato e não da substância da transação. É normalmente feita no início da locação;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 21

São custos diretos iniciais de uma operação de locação:

- ☐ a. os custos incrementais que são atribuíveis à negociação e aceitação de uma locação, incluindo os custos incorridos pelos locadores fabricantes ou negociantes;
- ☐ b. os custos incrementais que são direta ou indiretamente atribuíveis à negociação e aceitação de uma locação, exceto os custos incorridos pelos locadores fabricantes ou negociantes;
- ☐ c. os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à negociação e aceitação de uma locação, exceto os custos incorridos pelos locadores fabricantes ou negociantes;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 22

Uma locação é classificada como operacional quando:

- ☐ a. a propriedade do ativo é transferida no final da locação mediante um pagamento superior ao seu justo valor no momento, ou esse contrato não prevê a existência de rendas contingentes;
- ☐ b. a propriedade do ativo é transferida no final da locação mediante um pagamento variável, igual ou superior ao seu justo valor no momento, e existem obrigatoriamente rendas contingentes;
- ☐ c. a propriedade do ativo é transferida no final da locação mediante um pagamento variável igual ao seu justo valor no momento, ou existem rendas contingentes;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 23

O tratamento contabilístico das locações financeiras impõe a obediência a alguns requisitos previstos na Estrutura Conceptual do SNC. De entre eles cabe destacar como mais relevante:

- ☐ a. prudência;
- ☐ b. correlação entre rendimentos e gastos;
- ☐ c. primado da substância sob a forma;
- ☐ d. consistência.

Pergunta 24

Relativamente ao início da capitalização dos custos de empréstimos obtidos, que são capitalizáveis, pode-se afirmar que se verifica quando:

- ☐ a. os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso;
- ☐ b. os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, ou as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam terminadas;
- ☐ c. os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos, apesar de as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam completamente concluídas;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 25

Relativamente aos custos de empréstimos obtidos que são capitalizáveis, pode ocorrer a suspensão da capitalização:

- ☐ a. durante os períodos em que o desenvolvimento das atividades de preparação do ativo seja interrompido;
- ☐ b. quando o ativo financiado é colocado ao serviço da entidade;
- ☐ c. enquanto as atividades, que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda, estejam em curso;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 26

Em que momento se verifica o terminus da capitalização dos custos de empréstimos, nos ativos que de destinaram a financiar?

- ☐ a. quando se depreciar/amortizar completamente o ativo que o empréstimo se destinou a financiar;
- ☐ b. quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas;
- ☐ c. quando se iniciar a depreciação/amortização do ativo financiado através do empréstimo;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 27

A taxa de capitalização a utilizar, quando os empréstimos destinados a financiar a aquisição, construção ou produção de um ativo elegível, forem pedidos de forma geral, é:

- ☐ a. a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela entidade que estejam em circulação no período, incluindo os empréstimos contraídos especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica;
- ☐ b. a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos aplicável aos empréstimos contraídos pela entidade que estejam em circulação no período, que não sejam empréstimos contraídos especificamente com o fim de obter um ativo que se qualifica;
- ☐ c. a média ponderada dos custos de empréstimos obtidos obtidos, no período;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 28

Regra geral, o reconhecimento inicial de uma propriedade de investimento, para a qual é adotado o modelo do justo valor, deverá ser feito:

- ☐ a. pelo custo;
- ☐ b. pelo justo valor;
- ☐ c. pelo custo ou justo valor, dos dois o mais baixo;
- ☐ d. nenhum dos anteriores

Pergunta 29

Uma sociedade terminou a construção de uma pavilhão industrial e pretende afectar uma locação operacional do mesmo, embora não conheça o justo valor do referido pavilhão. Assim deve optar:

- ☐ a. por utilizar o modelo do custo;
- ☐ b. por utilizar o modelo do justo valor, tentando encontrar uma alternativa viável para a sua mensuração através, por exemplo, do cálculo do valor presente das rendas futuras;
- ☐ c. deve utilizar, simultaneamente, os dois modelos de mensuração;
- ☐ d. não deve utilizar nenhum daqueles modelos.

Pergunta 30

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras de um determinado período, uma entidade que adote o modelo do custo na mensuração subsequente de uma propriedade de investimento:

- ☐ a. não necessita de determinar o justo valor da propriedade, porque no modelo do custo o justo valor da propriedade não é relevante;
- ☐ b. é obrigada a determinar o justo valor da propriedade para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o modelo do custo) ou de divulgação (se usar o modelo do custo);
- ☐ c. é incentivada, mas não obrigada, a determinar o justo valor da propriedade, mas apenas para efeitos de divulgação;
- ☐ d. é incentivada, mas não obrigada, a determinar o justo valor da propriedade, mas apenas para efeitos de apresentação e divulgação;

Pergunta 31

Um ativo intangível com vida indefinida:

- ☐ a. deve ser amortizado sistematicamente ao longo da sua vida útil e sujeito, pelo menos anualmente, a testes de perdas por imparidade;
- ☐ b. deve ser sujeito a testes de perdas por imparidade pelo menos anualmente, ou antes se existir uma indicação de que o ativo possa estar com imparidade;
- ☐ c. deve ser sujeito anualmente a testes de perdas por imparidade;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 32

Uma máquina industrial, classificada como ativo fixo tangível, não está com imparidade quando:

- ☐ a. o valor de uso da máquina é superior à quantia escriturada;
- ☐ b. a quantia escriturada da máquina é superior ao valor de uso;
- ☐ c. acontecimentos recentes levam a estimar que o montante descontado dos cash-flows futuros gerados pelo uso do equipamento seja superior à quantia escriturada;
- ☐ d. a quantia escriturada da máquina é superior ao valor residual da máquina.

Pergunta 32

O tratamento contabilístico das imparidades dos ativos intangíveis, de entidades que adotam a NCRF-PE, está prescrito:

- ☐ a. na NCRF-PE, diferindo substancialmente dos testes de imparidade sobre ativos intangíveis de entidades que adotam o modelo geral do SNC;
- ☐ b. na NCRF-PE, não diferindo substancialmente dos testes de imparidade sobre ativos intangíveis de entidades que adotam o modelo geral do SNC;
- ☐ c. está omissa na NCRF-PE, sendo aplicável a NCRF 12 (Imparidade de Ativos, por remissão da NCRF 6 (Ativos Intangíveis);
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 33

Uma unidade geradora de caixa e os ativos corporate:

- ☐ a. não podem incorporar os mesmos ativos fixos tangíveis;
- ☐ b. incorporam necessariamente diferentes ativos fixos tangíveis;
- ☐ c. a primeira incorpora ativos fixos tangíveis que contribuam para os fluxos de caixa futuros de vários ativos corporate;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 34

Quando um empreendimento conjunto assume a forma de ativo conjuntamente controlado:

- ☐ a. os ativos, passivos, rendimento e ganhos e gastos e perdas são reconhecidos nas demonstrações financeiras do empreendedor;
- ☐ b. cada empreendedor inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras a sua parte nos ativos conjuntamente controlados;
- ☐ c. cada empreendedor inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras a sua parte nos ativos, passivos, rendimentos e ganhos e gastos e perdas conjuntamente controlados;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 35

Influência significativa é:

- ☐ a. o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma;
- ☐ b. é uma atividade económica empreendida por dois ou mais parceiros, sujeita a controlo conjunto destes mediante um acordo contratual;
- ☐ c. o poder de participar nas decisões das políticas financeira e operacional da investida ou de uma atividade económica mas que não é controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 36

Numa entidade conjuntamente controlada, um empreendedor, pode reconhecer o seu interesse numa entidade conjuntamente controlada usando:

- ☐ a. a consolidação proporcional;
- ☐ b. a equivalência patrimonial;
- ☐ c. a consolidação proporcional ou a equivalência patrimonial;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 37

Um investimento numa associada deve ser contabilizado usando:

- ☐ a. o método do custo;
- ☐ b. o método da equivalência patrimonial;
- ☐ c. o método da consolidação proporcional;
- ☐ d. Nenhuma das anteriores.

Pergunta 38

Uma concentração de atividades empresariais pode ser estruturada numa variedade de formas. Neste contexto, qual das seguintes afirmações é falsa:

- ☒ a. compra por parte de uma entidade do capital próprio de outra entidade;
- ☒ b. compra de todos os ativos líquidos de outra entidade;
- ☒ c. assunção dos passivos de outra entidade;
- ☒ d. compra de alguns dos ativos líquidos de outra entidade sempre que em conjunto não formem uma ou várias atividades empresariais.

Pergunta 39

O método da compra no reconhecimento de uma concentração de atividades empresariais envolve, normalmente, os seguintes procedimentos:

- ☒ a. identificação de uma adquirente, mensuração do custo da concentração empresarial, e imputação à data de aquisição do custo da concentração de atividades empresariais aos ativos, passivos e passivos contingentes assumidos;
- ☒ b. imputação, à data de aquisição, do custo da concentração de atividades empresariais somente aos ativos adquiridos;
- ☒ c. identificação de uma adquirente, mensuração do custo da concentração empresarial e imputação daquele custo aos ativos líquidos adquiridos, na data da primeira transação de partes de capital quando esta ocorre em diferentes fases;
- ☒ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 40

Numa operação de concentração de atividades empresariais:

- ☒ a. há sempre uma simultaneidade da data de aquisição com a data da troca;
- ☒ b. pode, em algumas circunstâncias, existir uma simultaneidade da data de aquisição com a data da troca;
- ☒ c. em nenhuma circunstância existe uma simultaneidade da data de aquisição com a data da troca;
- ☒ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 41

Numa operação de concentração de atividades empresariais a adquirente deve mensurar o seu custo como:

- ☐ a. o justo valor, à data de cada uma das diferentes transações de troca, dos ativos líquidos da adquirida, bem como os custos diretamente atribuíveis à referida concentração;
- ☐ b. o justo valor dos ativos líquidos da adquirida, à data de aquisição de cada pacote de ações adquiridas, até obter a posição de controlo na adquirida;
- ☐ c. o justo valor dos ativos líquidos da adquirida, à data de cada uma das diferentes transações de troca, bem como os custos direta e indiretamente atribuíveis à referida concentração;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 42

A empresa A detém 60% de B, 25% de C e 10% de D. Por sua vez, B detém 30% de C e 20% de D. Qual a percentagem de controlo de A em C?

- ☐ a. 50%;
- ☐ b. 43%;
- ☐ c. 55%;
- ☐ d. 25%.

Pergunta 43

A empresa A detém 60% de B, 25% de C e 10% de D. Por sua vez, B detém 30% de C e 20% de D. Qual a percentagem de participação de A em C?:

- ☐ a. 43%;
- ☐ b. 25%;
- ☐ c. 55%;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 44

A empresa A detém 60% de B, 25% de C e 10% de D. Por sua vez, B detém 30% de C e 20% de D. Qual a relação entre A e C?:

- ☐ a. empresa subsidiária;
- ☐ b. empresa associada;
- ☐ c. empresa multigrupo ou empreendimento conjunto;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 45

Quando o valor realizável líquido das matérias-primas for superior ao seu custo, as políticas contabilísticas recomendam:

- ☐ a. a alteração do critério de custeio das saídas que vinha a ser adotado;
- ☐ b. sempre o reconhecimento de uma perda por imparidade;
- ☐ c. imediato reconhecimento de um ganho;
- ☐ d. não reconhecer quaisquer perdas por imparidade sobre materiais e outros consumíveis, detidos para uso na produção de inventários, se for previsível que os produtos acabados em que eles serão incorporados sejam vendidos pelo custo ou acima do custo.

Pergunta 46

Os gastos financeiros suportados para pagamento aos fornecedores de mercadorias devem ser:

- ☐ a. sempre integrados no custo das mercadorias compradas;
- ☐ b. reconhecidos como gasto no período a que respeitam;
- ☐ c. diferidos e imputados a gastos durante 3 anos;
- ☐ d. diferidos e reconhecidos como gastos à medida que as mercadorias a que respeitam forem vendidas.

Pergunta 47

Regra geral, concorre para a determinação do custo de produção dos inventários:

- ☐ a. custo da matérias prima e outros materiais diretos consumidos e custos de vender;
- ☐ b. custo da matéria prima, mão de obra direta e encargos de distribuição;
- ☐ c. custo da matéria prima, e outros materiais diretos consumidos, mão de obra direta e outros custos de financiamento;
- ☐ d. custo da matéria prima e outros materiais diretos consumidos, mão de obra direta e outros custos industriais.

Pergunta 48

A sociedade ConstroPlus, S.A., possui no estaleiro de uma ponte em construção material que ainda não foi usado ou aplicado na obra, tal como, 20 sacos de cimento para consumo geral na obra e 6 colunas de ferro, preparadas no estaleiro, para suportar 6 vigas a colocar no meio da ponte para suporte da estrutura. Deste material, qual pode ser incluído no montante dos gastos incorridos na construção até à data?

- ☐ a. nenhum dos materiais, uma vez que ainda não foram aplicados ou usados na execução do contrato;
- ☐ b. ambos os materiais, porque embora não tenham ainda sido aplicados ou usados é certo que serão incorporados na construção;
- ☐ c. ambos os materiais, porque já se encontram no estaleiro da obra em que serão aplicados ou usados;
- ☐ d. apenas os custos com as colunas de ferro devem ser incluídos nos gastos incorridos na construção até à data.

Pergunta 49

O valor do rédito de um contrato de construção poderá ser afetado por:

- ☐ a. penalidades por atrasos na conclusão do contrato por parte da entidade contratada;
- ☐ b. cláusulas de custo escalonadas;
- ☐ c. reivindicações ou variações acordadas;
- ☐ d. todas as anteriores.

Pergunta 50

Regra geral, e à luz do SNC, o reconhecimento do rédito e dos gastos de um contrato de construção deve atender ao:

- ☐ a. método do contrato completado;
- ☐ b. método da percentagem de acabamento;
- ☐ c. método do lucro nulo;
- ☐ d. qualquer um dos métodos anteriores, dependendo da política adotada pela entidade.

Pergunta 51

No método da percentagem de acabamento, os resultados gerados num contrato de construção são:

- ☐ a. reconhecidos na medida em que a obra progride;
- ☐ b. reconhecidos na medida em que a obra progride, devendo igualar os gastos suportados;
- ☐ c. reconhecidos apenas no final do contrato;
- ☐ d. reconhecidos apenas no início do contrato.

Pergunta 52

A utilização do método da percentagem de acabamento está dependente:

- ☐ a. do desfecho do contrato de construção poder ser fiavelmente estimado;
- ☐ b. do levantamento do trabalho executado e da determinação da percentagem de conclusão física do trabalho contratado;
- ☐ c. apenas da decisão dos órgãos de gestão de opção por aquele método;
- ☐ d. da decisão dos órgão de gestão de opção por aquele método e do desfecho do contrato de construção poder ser fiavelmente estimado.

Pergunta 53

O uso, por outros, de ativos da entidade dá origem a rédito na forma de:

- ☐ a. juros – encargos pelo uso de dinheiro ou seus equivalentes ou de quantias devidas à entidade;
- ☐ b. royalties – encargos pelo uso de ativos a longo prazo da entidade, como, por exemplo, patentes, marcas, direitos de autor e software de computadores;
- ☐ c. dividendos – distribuições de lucros a detentores de investimentos em capital próprio na proporção das suas detenções de uma classe particular de capital ;
- ☐ d. todas as anteriores.

Pergunta 54

O rédito relacionado com royalties são reconhecidos tendo em conta:

- ☐ a. os termos do acordo relevante e são gradualmente reconhecidos nessa base a menos que, tendo em atenção a substância do acordo seja mais apropriado serem reconhecidos numa outra base sistemática e racional;
- ☐ b. apenas e só os termos do acordo relevante;
- ☐ c. os termos do acordo relevante e são gradualmente reconhecidos nessa base a menos que, tendo em atenção a forma legal do acordo seja mais apropriado serem reconhecidos numa outra base sistemática e racional;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 55

O rédito relacionado com dividendos é reconhecido:

- ☐ a. quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento;
- ☐ b. no período em que a entidade pagadora dos dividendos apura o resultado líquido que esteve na base do pagamento do dividendo;
- ☐ c. alínea a e b);
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 56

Nos contratos onerosos, sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedam os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo, a obrigação presente deve ser reconhecida no Balanço como:

- ☐ a. uma perda por imparidade;
- ☐ b. um passivo contingente;
- ☐ c. uma provisão;
- ☐ d. um gasto de provisões do período.

Pergunta 57

A NCRF 21 deve ser aplicada na contabilização de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes desde que estes não resultem de:

- ☐ a. instrumentos financeiros, incluindo garantias;
- ☐ b. contratos executórios, quando o contrato não seja oneroso;
- ☐ c. contratos executórios, exceto quando o contrato seja oneroso;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 58

Se o objeto de um contrato oneroso for um ativo que sofra perdas por imparidade, como é o caso dos inventários, isto implica que a entidade obrigada à prestação objeto do contrato reconheça e mensure essa obrigação presente atendendo:

- ☐ a. ao valor do ativo depois do reconhecimento de qualquer perda por imparidade;
- ☐ b. ao valor do ativo antes do reconhecimento de qualquer perda por imparidade
- ☐ c. ao custo de produção desse ativo;
- ☐ d. ao custo de aquisição desse contrato;.

Pergunta 59

Deve entender-se por acontecimento que cria obrigações, segundo a NCRF 21, o seguinte:

- ☒ a. um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que faça com que uma empresa não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação;
- ☒ b. um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva, mas relativamente à qual a entidade tenha algumas alternativas fiáveis de não vir a liquidar essa obrigação;
- ☒ c. um acontecimento que apesar de não criar uma obrigação legal ou construtiva, pode exigir que a entidade liquide essa obrigação;
- ☒ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 61

Dos seguintes subsídios, indique aqueles que são excluídos do âmbito de aplicação da NCRF 22:

- ☒ a. subsídio relacionado com ativos biológicos mensurados ao seu custo menos qualquer depreciação e perdas por imparidades acumuladas;
- ☒ b. subsídio relacionado com ativos biológicos mensurados ao justo valor;
- ☒ c. subsídios não monetários;
- ☒ d. subsídios relacionados com equipamentos biológicos.

Pergunta 62

No tratamento subsequente, os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com ativos intangíveis com vida útil indefinida, devem ser:

- ☒ a. transferidos, numa base sistemática, para uma conta de rendimentos;
- ☒ b. mantidos indefinidamente em capitais próprios;
- ☒ c. mantidos em capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade que se venha a verificar;
- ☒ d. transferidos, numa base sistemática, para uma conta de devedores por acréscimos de rendimentos.

Pergunta 63

Os subsídios do Governo devem ser reconhecidos:

- ☐ a. somente quando existir certeza absoluta de que a entidade cumprirá as condições associadas à sua concessão;
- ☐ b. somente quando existir segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições associadas à sua concessão e de que os subsídios serão recebidos;
- ☐ c. somente quando existir certeza absoluta de que a entidade cumprirá as condições associadas à sua concessão e de que o subsídio será recebido;
- ☐ d. somente quando existir segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições associadas à sua concessão e o subsídio já tiver sido recebido.

Pergunta 64

A sociedade ABC, S.A. adquiriu, em 1 de Janeiro de N, com pagamento a 90 dias, uma máquina industrial por 200.000 €, com vida útil prevista de 5 anos. A entidade utiliza para cálculo das quotas de depreciação o método da linha reta.

A sociedade tinha-se candidatado a um projeto de apoio ao investimento e, no dia 1 de Dezembro de N, foi contratualizada a atribuição de um subsídio governamental de 100.000 €, o qual veio a ser recebido em 15 de Março de N+1.

Em 31 de Dezembro de N+1, na sociedade ABC, S.A. a conta “59 Outras Variações no Capital Próprio – 593 Subsídios” deveria ser debitada por:

- ☐ a. 10.000 €;
- ☐ b. 5.000 €;
- ☐ c. 20.000 €;
- ☐ d. 40.000 €.

Pergunta 65

A sociedade ABC, Lda. recebeu um ativo não monetário, para uso próprio, como forma de um subsídio do Governo. Este ativo deve ser preferencialmente mensurado:

- ☐ a. ao seu custo corrente e contabilizar, quer o subsídio, quer o ativo, por esse valor;
- ☐ b. ao seu justo valor, e contabilizar o subsídio pelo seu valor nominal e o ativo pelo seu justo valor;
- ☐ c. ao seu justo valor, e contabilizar, quer o subsídio, quer o ativo, por aquele justo valor;
- ☐ d. por uma quantia nominal e contabilizar, quer o subsídio, quer o ativo, por esse valor.

Pergunta 66

Identifique, de entre as situações seguintes, aquela que não corresponde a uma diferença temporária, em N:

- ☒ a. reavaliações ao abrigo de diploma legal;
- ☒ b. provisões aceites fiscalmente;
- ☒ c. perdas por imparidade não previstas na alínea a) do n.º q do art.º 35.º e no art.º 36.º do CIRC;
- ☒ d. provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente.

Pergunta 67

As diferenças temporárias podem ser:

- ☒ a. tributáveis, quando originam quantias tributáveis em períodos futuros, dando lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos;
- ☒ b. dedutíveis, quando originam quantias dedutíveis em períodos passados;
- ☒ c. tributáveis, quando originam quantias tributáveis em períodos futuros, dando lugar ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos;
- ☒ d. dedutíveis, quando originam quantias dedutíveis no período presente.

Pergunta 68

Um passivo por impostos diferidos deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto até ao ponto em que esse passivo por impostos diferidos resultar de:

- ☒ a. reconhecimento inicial do goodwill, ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal);
- ☒ b. reconhecimento inicial do goodwill, e reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal);
- ☒ c. reconhecimento inicial do goodwill, ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que seja uma concentração de atividades empresariais e afete, no momento da transação, o lucro contabilístico ou o lucro tributável (perda fiscal);
- ☒ d. reconhecimento inicial do goodwill, ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal).

Pergunta 69

Até que ponto um ativo por impostos diferidos deve ser reconhecido para o reporte de perdas fiscais não usadas e créditos tributáveis não usados?

- ☐ a. até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros não estarão disponíveis contra os quais possam ser usados perdas fiscais e créditos tributáveis não usados;
- ☐ b. até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais não possam ser usados perdas fiscais e créditos tributáveis não usados;
- ☐ c. até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usados perdas fiscais e créditos tributáveis não usados;
- ☐ d. até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros não estarão disponíveis contra os quais não possam ser usados perdas fiscais e créditos tributáveis não usados.

Pergunta 70

Os ativos financeiros são mensurados, em cada data de relato:

- ☐ a. sempre aos custo ou custo amortizado;
- ☐ b. ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas nos capitais próprios;
- ☐ c. ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou, ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados;
- ☐ d. ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou, ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas no capital próprio, que não em resultados.

Pergunta 71

Uma entidade deve avaliar uma imparidade nos seus ativos financeiros à data de cada período de relato financeiro e reconhecê-la na demonstração dos resultados:

- ☐ a. Quando esses ativos financeiros sejam mensurados ao justo valor e as suas alterações sejam reconhecidas em resultados;
- ☐ b. quando esses ativos financeiros não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, e sempre que exista uma evidência objetiva dessa imparidade;
- ☐ c. quando esses ativos financeiros não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, e mesmo que exista uma evidência objetiva dessa imparidade;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta 72

Não se enquadra na definição de ativo financeiro:

- ☐ a. um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- ☐ b. dinheiro;
- ☐ c. um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade; ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade;
- ☐ d. um direito contratual de receber um ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para a entidade.

Pergunta 73

Quando as empresas concedem adiantamentos por conta das remunerações aos seus trabalhadores, devem registar as mesmas:

- ☐ a. como dívida dos trabalhadores, a inscrever na conta Pessoal – Adiantamentos e a regularizar no momento do pagamento do respetivo salário;
- ☐ b. como vale de caixa, cuja regularização deverá ocorrer no momento do pagamento do respetivo salário;
- ☐ c. como dívida dos trabalhadores, a inscrever na conta Pessoal – adiantamentos e a regularizar no momento do processamento do respetivo salário;
- ☐ d. nenhuma das anteriores.

Pergunta74

Os planos de benefício pós-emprego são acordos pelos quais uma entidade proporciona benefícios pós-emprego, podendo incluir:

- ☐ a. benefícios de reforma, tais como pensões;
- ☐ b. seguros de vida pós-emprego;
- ☐ c. cuidados médicos pós-emprego;
- ☐ d. todas as anteriores.

Pergunta 75

Qual das seguintes situações não deve ser registada como gastos com o pessoal:

- ☐ a. subsídio de alimentação;
- ☐ b. ajudas de custos relativas a deslocações de pessoal da empresa;
- ☐ c. contribuições para a segurança social;
- ☐ d. seguros de acidentes pessoais.